Ansiedade atinge 69% dos consumidores com dívidas atrasadas

O percentual de consumidores brasileiros que sofrem de ansiedade por causa de dívidas atrasadas por mais de 90 dias subiu de 60%, em setembro do ano passado, para 69% no mesmo mês deste ano, segundo levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Outros sentimentos apontados pelos consumidores inadimplentes são insegurança (65%), estresse (64%), angústia (61%), desânimo (58%), culpa (57%), baixa autoestima (56%) e vergonha perante a família e amigos (51%). Os principais efeitos incluem ficar facilmente irritado (52%) ou mal-humorado (49%), além de ter menos vontade de sair e socializar (45%).

A inadimplência afeta a vida profissional, já que 25% dos inadimplentes admitiram ficar mais desatentos e menos produtivos, alta de 9 pontos percentuais em relação a 2016. Ainda, 21% disseram que perdem a paciência e se irritam com facilidade ao lidar com colegas no serviço.

Vícios

Inadimplentes também recorrem a vícios. Pelo menos 21% deles admitiram descontar os problemas no cigarro, em comida ou no álcool. Enquanto alguns sofrem de insônia (44%) e descontam a ansiedade comendo mais (34%), outros acabam desenvolvendo atitudes contrárias, como perda de apetite (35%) e vontade fora do normal de dormir (36%).

Foram constatadas também atitudes agressivas em 18% dos consumidores com dívidas, sendo que 14% apelaram para agressões físicas. O maior temor com relação às pendências atrasadas é não conseguir pagá-las (36%), ser considerado desonesto pelas pessoas (11%), não conseguir parcelas compras (9%), não arrumar emprego (9%) e não poder mais fazer empréstimos (7%).

Economia

Tentando sanar as contas no vermelho, 76% dos inadimplentes disseram ter deixado de fazer compras parceladas usando cheques, cartões e carnês. Além disso, 74% fizeram cortes ou ajustes no orçamento e 47% deixaram de comprar itens de primeira necessidade.

Nem todos, porém, optaram por economizar, já que 45% admitiram que não deixaram de comprar alimentos supérfluos (como iogurtes, congelados e bebidas) e 36% não deixaram de sair para se divertir. Os que não abrem mão de adquirir, de forma parcelada, roupas e calçados são 29% dos endividados. (Agencia Brasil)

BC lança campanha para uso consciente do cartão de crédito

O Banco Central (BC) e a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) lançaram na quinta-feira(19) uma campanha para estimular o uso consciente do cartão de crédito. A ação prevê a divulgação de nove vídeos educativos sobre o uso do cartão, além de posts nas redes sociais com o tema "Se passar o cartão, não passe dos limites".

A campanha, exclusivamente na internet, vai custar R$ 150 mil ao BC e R$ 200 mil à Abecs. O diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central, Isaac Sidney, destacou que os brasileiros têm cada vez mais acesso a produtos e serviços financeiros, mas é preciso garantir informação de qualidade, educação financeira e proteção aos direitos dos cidadãos. "Por exemplo, na última pesquisa realizada pela Abecs e pelo Instituto Datafolha, 21% dos entrevistados afirmaram que a última fatura está acima do que podem pagar. Podemos perceber que há espaço para ações de conscientização e de educação financeira".

O foco da campanha são as classes D e E, que, segundo a pesquisa, têm maior dificuldade para pagar a fatura do cartão de crédito. "Desses 21% que acreditam que suas faturas são altas para suas possibilidades, 33% pertencem às classes D e E. Vejam que a falta de educação financeira penaliza de forma mais intensa as camadas mais vulneráveis da população", acrescentou Sidney.

De acordo com Sidney, do total de 250 mil reclamações de cidadãos recebidas pelo BC este ano, cerca de 10% referem-se a cartão de crédito. Sidney destacou que o BC adotou outras medidas recentemente para melhorar reduzir o custo do crédito e melhorar a educação financeira, como a compatibilidade das máquinas de cobrança com todas as bandeiras de cartão, a autorização para diferenciação de preços por instrumento de pagamento e as novas regras do rotativo do cartão de crédito. O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Com vigência desde abril deste ano, a medida determinou que os saldos das faturas só podem ser financiados de forma rotativa até o vencimento da fatura seguinte. Depois disso, o saldo deve ser parcelado.

O objetivo da medida era reduzir a taxa de juros do rotativo, a mais alta entre as modalidades para as pessoas físicas nos bancos. De acordo com o BC, a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito para quem paga pelo menos o valor mínimo da fatura chegou a 221,4% ao ano em agosto. A taxa cobrada dos consumidores que não pagaram ou atrasaram o pagamento do mínimo ficou 506,1% ao ano. Com isso, a taxa média da modalidade de crédito chegou a 397,4% ao ano.

Em março de 2017, antes do início das novas regras, a taxa estava em 431,1% ao ano. O presidente da Abecs, Fernando Chacon, disse que o compromisso do setor com o regulador do mercado, o BC, era reduzir pela metade a taxa de juros para os consumidores que pagam a fatura em dia.

Chacon acrescentou que "ninguém se orgulha dos juros praticados no país", mas já houve avanço com a medida do rotativo do cartão de crédito.

"De fato a gente está recomendado que paguem a fatura em dia. As pessoas não devem usar financiamento se não for necessário", disse. (Agencia Brasil)

Com mais 34 mil vagas, setembro é o sexto mês de saldo positivo de emprego

O mês de setembro registrou aumento de 34.392 vagas nos postos de trabalho com carteira assinada. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na quinta-feira(19) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Este é o sexto mês seguido em que foram abertas mais vagas de trabalho formal.

No acumulado do ano, o saldo positivo chega a 208.874 empregos, um aumento de 0,5% em relação ao estoque de empregos de 2016.

A Região Nordeste novamente foi a que gerou mais postos de trabalho com 29.644 vagas. Em seguida, vêm as regiões Sul, com 10.534, e Norte, com 5.349. Já nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, houve redução nos postos, com quedas respectivas de 8.987 e 2.148 empregos.

Entre as 27 unidades federativas, 20 tiveram saldo positivo. Pernambuco foi o estado que teve melhor resultado, com 13.992 vagas abertas. Em seguida, aparecem Santa Catarina, com 8.011; Alagoas, com 7.411; Pará, com 3.283, Paraná, com 2.801, Bahia, com 2297 e Ceará, com 2.161.

Os destaques negativos foram o Rio de Janeiro, com redução de 4.769 vagas; Minas Gerais, com menos 4.291, e Goiás ,com menos 3.493 postos.

Dos oito setores pesquisados, os números do Caged mostram que, em setembro, quatro registraram aumento nos postos de trabalho. No mês passado, o setor da indústria de transformação puxou a geração de empregos, com 25.684 postos. No mês anterior, a liderança foi do setor de serviços. Destacaram-se também em setembro, comércio, com 15.040 vagas; serviços, com 3.743 e construção civil, com 380.

Houve retração nos setores de agropecuária (menos 8.372 vagas); serviços, indústrias de utilidade pública (menos 1.246); administração pública (menos 704) e extrativo mineral (menos 133). (Agencia Brasil)

Massa falida da Varig vai leiloar 30 imóveis da companhia em novembro

A massa falida da empresa de aviação Varig vai leiloar, em novembro, 30 imóveis, peças aeronáuticas, equipamentos de treinamento de comissários e utensílios de escritório, com uma estimativa de arrecadação de R$ 130 milhões. O valor será rateado entre ex-funcionários – que receberão até 150 salários mínimos –, fornecedores e acionistas.

A informação é do gestor judicial da massa falida da empresa, Jaime Cunha, ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio, que investiga os desdobramentos da falência da Varig, deputado Paulo Ramos (Psol), em visita hoje (19) ao antigo Centro de Treinamento da companhia, na Ilha do Governador, zona norte do Rio.

Desde 2010 - quando foi decretada a falência da companhia - já foram realizados 17 leilões, que arrecadaram R$ 102 milhões. De acordo com Jaime Cunha, "o dinheiro fica depositado em conta judicial. Os primeiros a receber são os funcionários, desde que tenham uma autorização judicial para isso. Neste ano, já foram retirados da conta R$ 50 milhões, para o pagamento dos credores de rateios que foram executados".

Centro operacional

O gestor informou ainda que atualmente o Centro de Treinamento da Varig é administrado pela massa falida e recebe pilotos e comissários de companhias nacionais e internacionais para treinamento e revalidação de licença e, ainda, formar profissionais para trabalhar na aviação. O complexo não está entre os que serão leiloados, pois há uma ação na Justiça em que a União demanda a titularidade do imóvel, avaliado em R$ 70 milhões.

"Temos licença da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para oferecer os serviços. Essa foi uma forma que encontramos para arrecadar verba para a massa falida. O faturamento anual do Centro de Treinamento é de R$ 12 milhões. Mas o recurso é infimo, comparado às despesas que já ultrapassam R$ 100 milhões", afirmou.

O presidente da CPI, deputado Paulo Ramos, reforçou o papel da comissão em buscar solução para os ex-funcionários que ainda estão sem receber. "Pudemos verificar em campo a dimensão do crime praticado contra essa empresa de importância nacional. Por isso, temos que aprofundar as investigações para compreender quais foram os autores e participantes na prática desse crime. Mas também queremos tentar o mais rápido possível o caminho para a realização dos direitos desses ex-funcionários", disse o parlamentar. (Agencia Brasil)

Arrecadação federal sobe 8,66% em setembro com ajuda de Refis e combustíveis

Impulsionada pela renegociação de dívidas com a União e os aumentos de tributos sobre os combustíveis, a arrecadação federal subiu em setembro. Segundo números divulgados há pouco pela Receita Federal, a União arrecadou R$ 105,595 bilhões, alta de 8,66% em relação ao mesmo mês do ano passado, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse é o melhor resultado para o mês desde 2015 em valores corrigidos pelo índice.

Nos nove primeiros meses do ano, a arrecadação federal totalizou R$ 968,334 bilhões, alta de 2,44% na comparação com o mesmo período do ano passado. O montante também é o maior desde 2015 em valores corrigidos pela inflação oficial. Se forem consideradas apenas as receitas administradas pelo Fisco (como impostos e contribuições), a arrecadação acumula alta de 1,62% em 2017. A arrecadação total inclui receitas não administradas pela Receita, como *royalties* do petróleo.

O principal fator que elevou a arrecadação federal em setembro foi o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), que renegociou dívidas de contribuintes com a União. Apenas em setembro, o programa arrecadou R$ 3,401 bilhões. No acumulado do ano, o parcelamento rendeu R$ 10,957 bilhões ao governo. Previsto para acabar no fim de setembro, o prazo de adesão ao Pert, também chamado de Novo Refis, foi prorrogado até 31 de outubro.

Tributos sobre combustíveis

Além do novo Refis, a elevação das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os combustíveis contribuiu para reforçar os cofres federais em setembro. No mês passado, a arrecadação dos dois tributos subiu 10,54% acima da inflação em relação ao mesmo mês do ano passado, descontada a inflação. A alta também reflete o crescimento de 7,66% no volume de vendas em setembro. Por incidirem sobre o faturamento das empresas, os dois tributos estão ligados ao comportamento do consumo.

Após o Fisco intensificar as fiscalizações em relação ao pagamento de tributos por entidades financeiras, a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) voltou a subir pelo segundo mês seguido. A receita dos dois tributos aumentou 3,1% acima da inflação no mês passado, em relação a setembro de 2016. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Unicef diz que 7 mil recém-nascidos morrem por dia no mundo

Todos os dias, 15 mil crianças de até cinco anos morreram no mundo em 2016, sendo que 46% - ou 7 mil delas - não resistiram aos primeiros 28 dias de vida, segundo um novo relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) na quarta-feira (18).

Apesar de uma queda na mortalidade nos primeiros cinco anos de vida, de 9,9 milhões de mortes em 2000 para 5,6 milhões em 2016, a proporção de recém-nascidos entre as vítimas subiu de 41% para 46% no período, indicou o órgão, que é ligado à Organização das Nações Unidas - ONU.

"Desde o ano de 2000 as vidas de 50 milhões de crianças menores de cinco anos foram salvas, um testemunho do sério compromisso para enfrentar as mortes infantis que podem ser prevenidas", disse em comunicado o chefe de Saúde do Unicef, Stefan Peterson.

"Mas, a menos que façamos mais para evitar que bebês morram perto de seu nascimento, esse progresso permanecerá incompleto. Temos o conhecimento e a tecnologia requerida, só precisamos que isso chegue aos que mais precisam", explicou.

O relatório diz que, caso a tendência se mantenha, 60 milhões de crianças menores de cinco anos morrerão entre 2017 e 2030.

O estudo foi elaborado pelo Grupo Interinstitucional para a Estimativa da Mortalidade Infantil das Nações Unidas, que inclui Unicef, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Banco Mundial.

"Apesar do progresso, ainda existem amplas disparidades em sobrevivência na infância entre regiões e países. No entanto, muitas das mortes podem ser prevenidas com intervenções de baixo custo antes, durante e depois do nascimento", disse o subsecretário para Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Liu Zhemin.

Disparidades entre países

Essas disparidades entre países se refletem na concentração de mortes de recém-nascidos, com 39% no sudeste da Ásia, sendo que, desse percentual, 24% ocorrem na Índia e 10% no Paquistão.

A África Subsaariana, por sua vez, registrou 38% das mortes de bebês no mundo, das quais 9% ocorreram na Nigéria. Na região, um em cada 36 recém-nascidos morreu. Nos países desenvolvidos, esse índice é de 1 a cada 333.

Entre os menores de cinco anos, as principais causas de morte foram a pneumonia e a diarreia. Por isso, o relatório indica que as soluções passam por melhorar o acesso aos profissionais de saúde durante a gravidez e o nascimento e fazer intervenções em matéria de imunização, lactação e remédios de baixo custo, além de ampliar o acesso à água potável e saneamento básico. (Agencia Brasil)

Estados Unidos pedem que eventual governo palestino reconheça Israel

O enviado especial dos Estados Unidos para o Oriente Médio, Jason Greenblatt, pediu na quinta-feira(19) que um eventual governo de unidade palestina reconheça o Estado de Israel.

Um governo palestino "deve comprometer-se de maneira inequívoca e ambígua à não violência, reconhecer o Estado de Israel, aceitar os acordos e obrigações anteriores entre as partes, incluindo o desarmamento dos terroristas e o compromisso com negociações pacíficas", disse Greemblatt, através de um comunicado.

"Se o Hamas vai desempenhar algum papel em um governo palestino, deve aceitar estes requisitos básicos", acrescentou o enviado do presidente dos EUA, Donald Trump.

É a resposta do governo americano aos esforços de reconciliação entre os islâmicos do Hamas e os nacionalistas do Al Fatah, partido que controla a Autoridade Nacional Palestina (ANP). As informações são da agência de notícias EFE.

Na semana passada, as duas forças assinaram um pacto no Cairo, sob mediação egípcia, para finalizar uma década de divisão política desde que o Hamas expulsou da Faixa de Gaza as forças leais de Abbas e assumiu o controle do enclave costeiro, criando de fato dois governos palestinos, um em Gaza e outro na Cisjordânia.

Em virtude do acordo, o governo de consenso da Cisjordânia retomará o controle administrativo de Gaza, e a segurança e a gestão das fronteiras.

Bloqueio sobre Gaza

Israel, que como a União Europeia e os EUA, considera Hamas um grupo terrorista, mantém um bloqueio sobre Gaza desde 2007 e adiantou, após o anúncio, que não reconhecerá o pacto, mas não vai romper relações com a ANP, nem vai impedir seu cumprimento, por considerar que pode beneficiar seu país.

No entanto, advertiu que não estabeleceria negociações diplomáticas com um governo palestino relacionado com o Hamas se este não cumprir com determinadas condições, como as que os Estados Unidos pedem hoje.

"Todas as partes concordam ser essencial que a ANP possa assumir de forma plena, genuína e sem obstáculos, as responsabilidades civis e de segurança em Gaza, e que trabalharemos lado a lado para melhorar a situação humanitária dos palestinos que ali residem", disse Greenblant. (Agencia Brasil)

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93
FATO RELEVANTE

Ref. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, no âmbito da 1ª Série da 8ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora") **GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, na Vila Nova Conceição, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Securitizadora"), na qualidade de emissora da 1ª Série da 8ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, com as alterações nos termos das instruções CVM nº 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 588/15, vem divulgar o presente comunicado. Em 02 de outubro de 2017, notificou a USINA RIO PARDO S.A. ("USINA RIO PARDO"), inscrita no CNPJ/MF Nº 08.657.248/0001-02, em razão do descumprimento de Índice Operacional previsto na Cláusula 10.1.1 do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, ficando a Usina Rio Pardo obrigada a realizar a entrega de modo acelerado de Etanol para a COPERSUCAR S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 10.265.969/0001-77, bem como antecipar o pagamento de parcelas no âmbito do CDCA para o próximo período de 06 (seis) meses, sob pena de ser declarado o Vencimento Antecipado dos valores devidos no âmbito do CDCA, isso nos exatos termos da Cláusula 10.1.1 retro indicada. Contudo e contrariando o disposto nos Contratos e na Notificação de 02 de outubro de 2017, a Emissora foi notificada pela Copersucar S.A., pela qual restou configurada a ausência de entrega de Etanol nos termos do Contrato de Fornecimento de Etanol firmado em 16 de outubro de 2014. Ressaltando, com isso, o descumprimento da obrigação pecuniária na forma da Cláusula 10 do CDCA. Diante deste evento de Vencimento Antecipado dos valores devidos no âmbito do CDCA, fica a Emissora obrigada a realizar todas as providências para, em defesa dos interesses dos Titulares de CRA e visando a satisfação do saldo devedor dos CRA, executar as garantias vinculadas ao Termo de Securitização, compreendendo, sem benefício de ordem: a) excutir os Bens Empenhados, podendo proceder a sua alienação para terceiros, nos termos do CDCA e do Contrato de Penhor Agrícola; b) excutir os Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme disposto no CDCA; c) buscar a satisfação da dívida acionando as garantias prestadas pelos Avalistas, nos termos do CDCA, sendo que o Aval é garantia mantida até o cumprimento final de todas as obrigações decorrentes do CDCA; A Emissora notificou a Usina Rio Pardo para que amortize integralmente o saldo devedor do CDCA, compreendendo valor de principal, juros remuneratórios e encargos moratórios, paralelamente, iniciou as providências para dar ensejo à excussão das garantias. O presente comunicado é realizado para reportar os eventos ora indicados. A Securitizadora seguirá adotando as medidas judiciais e extrajudiciais que entende cabíveis; na forma autorizada no Termo de Securitização, sempre visando a proteção dos interesses dos Titulares de CRA em relação ao disposto no presente Fato Relevante, em especial, quanto às garantias dos CRA.
São Paulo 18 de outubro de 2017.
GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.